

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM  
POLO DE PALMEIRA DAS MISSÕES  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E  
ANOS INICIAIS**

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROINFÂNCIA EM PALMEIRA  
DAS MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO DE CASO**

**Carla Fabiana Nogueira de Oliveira**

**Santa Maria, 2015**

**CARLA FABIANA NOGUEIRA DE OLIVEIRA**

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROINFÂNCIA EM PALMEIRA  
DAS MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO DE CASO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
Especialista em Educação Física  
Infantil e Anos Iniciais da  
Universidade Federal de Santa Maria  
– RS.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Sofia Wolker Manta**

**Santa Maria- RS**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**INFANTIL E ANOS INICIAIS  
PÓLO DE PALMEIRA DAS MISSÕES**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização**

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROINFÂNCIA EM  
PALMEIRA DAS MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL:  
ESTUDO DE CASO**

**Elaborada por  
CARLA FABIANA NOGUEIRA DE OLIVEIRA**

**Como requisito parcial para obtenção de Grau de  
Especialista Educação Física Infantil e Anos Iniciais**

**Comissão Examinadora:**

---

**Sofia Wolker Manta, Ms.  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Ellen dos Santos Soares, Ms.**

---

**Viviane Machado Maurenente, Ms.**

---

**Aline Rosso Lehnhard, Ms.**

**Santa Maria, 20 de fevereiro de 2015**

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Pós-graduação a Distância Especialização em Educação Física  
Infantil e Anos Iniciais  
Universidade Federal de Santa Maria

### **IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROINFÂNCIA EM PALMEIRA DAS MISSÕES NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO DE CASO**

AUTOR: CARLA FABIANA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: SOFIA WOLKER MANTA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de fevereiro de 2015

O presente trabalho versa sobre um estudo de caso sobre a implementação do Programa Proinfância na cidade de Palmeira das Missões – RS, cujo objetivo principal visa, além de analisar como está ocorrendo a implantação do Programa, identificar a concepção de infância, de aprendizagem e de desenvolvimento infantil, como se dá a avaliação e qual é o papel do professor na proposta pedagógica da escola, através de uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da Escola que serviu de base para este trabalho científico, da legislação municipal e dos parâmetros que regem o Programa Proinfância, bem como as possibilidades e limites da proposta curricular da escola com base no programa.

**Palavras-chaves:** Proinfância, Educação Infantil, Legislação.

## **ABSTRACT**

This paper deals with a case study on the implementation of Proinfância Program in the city of Palm Mission - RS , whose main objective aims , and analyze how is occurring the implementation of the program , identify the conception of childhood , learning and child development , how is the assessment and what is the teacher's role in the pedagogical proposal of the school through a desk review of the School pedagogical Political Project which formed the basis for this scientific work, the municipal legislation and parameters governing Proinfância the program as well as the possibilities and the school's curriculum proposal limits based on the program.

**Keywords** : Proinfância , Early Childhood Education , Legislation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1. OBJETIVOS</b> .....	<b>9</b>
1.1. Objetivo Geral .....	8
1.2. Objetivos Específicos .....	8
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>10</b>
2.1 A Educação Infantil .....	10
2.2. O Programa Proinfância .....	12
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>15</b>
3.1 Abordagem e tipo de pesquisa .....	15
3.2. Contexto Investigado .....	15
3.3. Procedimentos Metodológicos .....	16
3.4. Análise dos Dados .....	16
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>18</b>
4.1. A concepção de Infância, aprendizagem e desenvolvimento Infantil na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada .....	18
4.2. A organização de espaços e tempos na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada .....	22
4.3. A avaliação na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada .....	23
4.4. O papel do educador na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada .....	24
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>29</b>

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais, a atenção tem - se voltado para a educação das crianças pequenas, que desde a Constituição Federal de 1988 vem sendo pensada e reformulada objetivando qualificar e garantir direitos que atendem suas necessidades em vários aspectos.

A Educação Infantil é uma modalidade da educação básica, reconhecida como um espaço que atende o desenvolvimento da criança de maneira integral e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (BRASIL, 1996), ainda hoje em vigor, traz em seu texto mais do que parâmetros que nortearão a educação, mas também da qualidade e formação dos profissionais da Educação associando teorias a práticas na docência em Educação infantil.

Ressalta-se a adequação aos parâmetros legais vigentes em que a administração do município de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul vem efetivando gradativamente. Nesse sentido, a criança com idade entre zero e cinco anos terá sua matrícula efetivada na Educação Infantil Municipal (EMEIS) de forma gratuita em creche e pré-escola, respeitada a estrutura física de cada instituição e a proximidade com sua residência, conforme preconiza o Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB Nº 5/2009).

Entendendo a necessidade de avaliar, reavaliar e medir os impactos de programas e projetos destinados em especial às crianças se observa a pertinência deste trabalho que objetiva-se investigar as Políticas de Educação Infantil com a implantação no Município de Palmeira das Missões de uma Escola de Educação Infantil através do Programa Proinfância.

O Proinfância é um programa do governo federal, que visa reestruturar e equipar as escolas de Educação Infantil, pois, acredita-se que estes espaços são indispensáveis para qualificar o fazer pedagógico.

Assim, com recursos mais substanciais, a rede municipal pode investir não só na infraestrutura (construção e reforma), mas em mobiliário e equipamentos necessários para ampliar a qualidade do ensino.

O Proinfância repassa também recursos para equipar as escolas em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao funcionamento das creches

e pré-escolas. Desde a sua implantação, mais de 2.500 municípios receberam apoio do FNDE para compra de móveis e equipamentos, como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros.

A partir de 2013, as creches começaram a ser construídas com metodologias inovadoras, mediante a adesão das entidades beneficiadas pelo programa às atas de registro de preços do FNDE. Tal procedimento visa, sobretudo, permitir a redução do prazo de execução e do custo das obras, garantindo elevado padrão de qualidade. Pelo menos na teoria.

A construção das creches e pré-escolas segue um projeto arquitetônico único, padronizado, com três modelos, chamados A, B, C, sendo que cada um deles prevê um limite fixo de atendimentos de crianças, com toda a infraestrutura necessária para garantir a qualidade de ensino.

Com isso, esta pesquisa torna-se relevante para identificar de que forma a implementação deste Programa no contexto do Município de Palmeira das Missões tem sido vivenciada e quais as limitações e facilitadores para a Educação Infantil na rede municipal.

Sendo assim, esta análise estará contribuindo para a avaliação do Programa, como também verificar as estratégias, necessidades e sugestões para qualificar o atendimento aos alunos, o processo pedagógico dos professores envolvidos e a gestão escolar.

Mais do que simplesmente um documento que relata acertos e erros, este trabalho pode servir para qualificar ainda mais a gestão da rede municipal de ensino da cidade de Palmeira das Missões.

## **1. OBJETIVOS**

### **1.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar a implementação do Programa Proinfância em uma Escola Municipal da cidade de Palmeira das Missões no Rio Grande do Sul.

## **1. 2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a concepção de Infância na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada com base na Proinfância;
- Identificar a concepção de aprendizagem e desenvolvimento Infantil na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada com base na Proinfância
- Identificar como é definida a organização de espaços e tempos na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada com base na Proinfância;
- Compreender como avaliação é definida na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal com base no modelo da escola Proinfância;
- Compreender o papel do educador na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada com base na Proinfância;
- Discutir os possíveis limites e contribuições na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada com base na Proinfância;

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 A Educação Infantil**

Por muito tempo a Educação Infantil foi vista como espaço de cuidados, onde as crianças ficavam enquanto as mães trabalhavam e assim, estas tinham a garantia através da Secretaria do Bem Estar de alimentação e higiene, com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica aliando o cuidar e o educar.

Segundo Gomes (2011) a Educação infantil como um todo é um campo relativamente recente na bibliografia básica da educação não só em relação as pesquisas sobre o desenvolvimento na Primeira Infância, mas também ao que tange a implementação de políticas públicas formuladas para esse segmento.

O processo de desenvolvimento humano, ainda segundo Gomes (2011), especialmente da inteligência, se forma até a primeira infância e este é um período crucial, pois é justamente nesta fase que o ambiente exerce maior influência na maneira como o cérebro é ativado para exercer as mais diferentes e especiais funções cognitivas.

Apesar de existirem concepções e legislações que defendem os direitos da criança em relação ao cuidar e educar, são notáveis situações contraditórias no contexto da Educação Infantil. Ricci (2013) acredita que isso se deve em virtude da maneira como a Educação Infantil é vista ainda nos dias atuais, com restrições de espaços adequados e especialmente de tempo onde as crianças possam brincar e movimentar-se na escola.

Neste sentido, ao longo da história da educação, cresce o interesse pelo desenvolvimento da criança, isto, em várias áreas do conhecimento. Souza (2005) reconhece que o valor social atribuído à infância tem sido objeto de vários estudos em diferentes momentos históricos e que esses nos ajudam a entender que a dependência da criança em relação ao adulto é um fato social e não natural.

Assim, a criança deve ser entendida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, questiona e constrói sentidos sobre a natureza, a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

Ao perceber a criança enquanto sujeito de direitos, a legislação impulsiona um movimento de valorização da criança e, conseqüentemente, da própria Educação Infantil, cujas mudanças começaram a ser implementadas a partir de 2014 e nas matrículas de 2015.

O atendimento integral das crianças de 0 a 5 anos está acontecendo de forma progressiva. A partir de 2015, as matrículas são obrigatórias a partir dos 04 anos de idade, quando a criança entra na pré-escola, nível A.

Para atender tal demanda, se faz necessária a contratação de profissionais qualificados e preparados, com exigência inclusive da elaboração de propostas pedagógicas para cada uma das etapas, qualificando ainda mais o processo educativo, com a diversificação de métodos e formas de trabalho, pois a infância é um período essencial no desenvolvimento do ser humano, tanto é que agora a obrigatoriedade está inclusive prevista em Lei.

Portanto, com esta nova perspectiva pedagógica, a LDB, definiu e utiliza o termo Educação Infantil desde 0 aos 3 anos de idade para quem precisa estar numa creche, prosseguindo de 4 a 5 anos de idade como pré-escola, tornando-se Educação Infantil, também um ciclo de 5 anos de formação contínua e parte integrante, constituidora, da Educação Básica brasileira.

A partir dessa nova realidade em que a Educação brasileira vem passando, e por perceber a importância dessa etapa para futuras aprendizagens e para o desenvolvimento da criança, todo o trabalho com a Educação Infantil se pauta no tripé CUIDAR – EDUCAR – BRINCAR, a fim de se estimular de forma integral, mas prazerosa, esses pequeninos sujeitos, ávidos pela vida, curiosos por natureza, e capazes de aprender e se desenvolver plenamente.

Descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano, já que as crianças aprendem tudo o que lhe é apresentado, se forem bem estimuladas para isso.

No Brasil as condições de pobreza e desigualdade social faz com que o investimento nesta etapa da vida da criança oportunize para a vida adulta melhores condições humanas e sociais (GOMES, 2011), pois ampliam especialmente a capacidade do indivíduo de construir um número maior de sinapses, tornando a capacidade de raciocínio cada vez mais rápida e mais aprimorada.

O investimento na Educação Infantil, ainda conforme Gomes (2011) também requer outra pauta social necessária no cenário nacional, que foi o aumento da empregabilidade da mulher no mercado de trabalho e que por isso, a necessidade de espaços como creches e pré-escolas para manterem seus filhos em tempo integral.

Seja para resolver um problema social ou não, os frutos desses investimentos podem ser percebidos a médio e longo prazo, pois quanto mais cedo a criança chega na escola e é incentivado a se relacionar, a interagir, a pensar e aprender, maior será sua capacidade de resolver tarefas e conviver com seus pares e mais ricas serão suas futuras aprendizagens.

## **2.2. O Programa Proinfância**

O Programa Proinfância não é algo muito novo, pois já foi instituído há pelo menos 08 (oito) anos a partir da necessidade de resolver o problema da falta de espaços adequados para que a criança possa se desenvolver intelectualmente e, também, atender a uma demanda crescente e urgente: a saída da mulher para o mercado de trabalho.

Como uma forma de atender essa demanda social, o Programa Proinfância<sup>1</sup> – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – foi formulado pelo MEC através de convênios com os municípios tendo como objetivo estruturar a rede de atendimento a creches e escolas de Educação Infantil pública (BRASIL, 2011).

O programa foi instituído pela resolução nº 6, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação com o objetivo de prestar assistência financeira aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil na rede pública.

Inicialmente, o foco do Programa eram as Regiões Metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população de crianças nesta faixa etária, mas atualmente, esse programa se estendeu para todo o Brasil, na medida em que vem aumentando o número de famílias trabalhadoras (BRASIL, 2011).

---

<sup>1</sup> Site do Programa: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-projetos-arquiteticos-para-construcao/proinfancia-tipob>

Segundo Ricci (2013) este Programa através do convênio com o município, possibilita mais investimentos em estrutura, podendo a escola qualificar de fato a educação infantil do município e a prática educativa.

Com isso, a implementação do Programa Proinfância é estruturado na intencionalidade de consolidar uma rede de colaboração entre as Instâncias Públicas (governos, secretarias, etc.) para a construção das instalações físicas de creches ou pré-escolas e também para a compra de mobiliários e equipamentos em vista a salvaguardar a qualidade da educação (BRASIL, 2011).

As unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes como: salas de aula, sala de informática, bibliotecas, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço (BRASIL, 2011).

Assim, se faz necessário um grande comprometimento quanto a gestão dos recursos financeiros por parte das Secretarias Municipais de Educação e dos gestores da escola, no sentido de aprimorar, qualificar e monitorar o uso desses recursos em favor da escola.

Quanto a prática pedagógica dos professores de educação infantil, ainda conforme o mesmo documento, a implementação do programa tem como objetivo oferecer um suporte no fazer pedagógico dos professores, por meio da reestruturação física, com espaços diferenciados, visando a ética, a política e a estética, que servirão para uma mudança na rotina docente na educação infantil (BRASIL, 2011).

Dessa forma, tem-se a intencionalidade com este estudo de analisar a implementação do Modelo Proinfância em uma Escola na cidade de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, para assim identificar, a partir da análise documental do Projeto Pedagógico como se dá a organização e sistematização do espaço escolar.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Abordagem e tipo de estudo**

O estudo tem base em uma abordagem qualitativa tendo o estudo de caso como uma proposta de investigação.

Para isso, utilizou-se a análise documental como técnica de coleta de dados que, segundo Pimentel (2011, p.180) refere-se a todo o estudo que faz uso de documentos como material primordial, sejam revisões bibliográficas ou pesquisas historiográficas, a fim de extrair deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta.

Os documentos analisados para o estudo será a Proposta Pedagógica da Escola investigada que se terá acesso, a partir de uma Carta de Apresentação dos Pesquisadores à Escola contendo os objetivos e procedimentos da mesma.

#### **3.2 Contexto investigado**

A Escola que participou do estudo é da rede Municipal de Educação de Palmeira das Missões que tinha a estrutura física baseada no Modelo Proinfância. A Escola era localizada em um bairro no município de Palmeira das Missões tendo o atendimento de 140 crianças- 82 crianças são atendidas em turno integral (creche, 0 a 3 anos) e 58 em turno parcial (pré-escola, níveis A e B).

A escola tinha em seu quadro de recursos humanos 15 professoras com 40h, 10 monitoras, diretora e vice diretora e 10 funcionários, onde a organização das turmas respeita a normatização municipal<sup>2</sup> para Educação quanto a disposição e organização das turmas:

A Escola dispõe de outros espaços, além das salas de aula, como:

---

<sup>2</sup> Art. 14- A organização dos grupos ou turmas será de acordo com a proposta pedagógica e o espaço físico da instituição, recomendada a seguinte relação: 0 a 1 ano - 10 crianças por professor + 01 atendente; 1 a 2 anos - 12 crianças por professor + 01 atendente; 2 a 3 anos - 15 crianças por professor + 01 atendente; 3 a 4 anos - 20 crianças por professor; 4 a 5 anos - 25 crianças por professor (Conselho Municipal de Educação de Palmeira das Missões resolução nº 001/03)

- Bloco Administrativo, composto por recepção, Secretaria, Circulação interna, Diretoria, Sala de professores, Almoxarifado, Sanitários adultos (masculino e feminino).
- Bloco de Serviços: Circulação interna; Rouparia: Balcão de entrega de roupas limpas. Lavanderia: Balcão de recebimento e triagem de roupas sujas; Bancada para passar roupas com prateleiras; Tanques e máquinas de lavar. Copa Funcionários: Deposito de Material de Limpeza (D.M.L); Vestiário masculino; Vestiário feminino; Despensa; Cozinha: Bancada de preparo de carnes; Bancada de preparo de legumes e verduras; Bancada de preparo de sucos, lanches e sobremesas; Bancada de lavagem de louças sujas; Área de Cocção; Balcão de passagem de alimentos prontos; Balcão de recepção de louças sujas; Buffet; Lactário: Área de higienização pessoal; Área de preparo de alimentos (mamadeiras e sopas) e lavagem de utensílios; Bancada de entrega de alimentos prontos. Área de Serviço externa: Secagem de roupas (varal).

### **3.3 Procedimentos Metodológicos**

Para acesso aos documentos utilizados, a Escola foi contatada a partir de uma Carta de Apresentação dos pesquisadores envolvidos contendo os objetivos da pesquisa e a autorização para o acesso aos documentos, de forma sigilosa e exclusiva para dados dessa pesquisa.

Após, o acesso aos documentos foi iniciado o processo de leitura e análise dos dados para elaboração das categorias.

### **3.4 Análise dos dados**

A análise dos dados foi organizada por categorias conforme os objetivos da pesquisa. Para isso, as informações analisadas no documento da Proposta Curricular foram agrupadas com o intuito de responder aos objetivos específicos da pesquisa procurando investigar os seguintes aspectos:

- a) A concepção de Infância, aprendizagem e desenvolvimento Infantil na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada
- b) A organização de espaços e tempos na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada;
- c) A avaliação na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada;
- d) O papel do educador na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a análise documental da Proposta Pedagógica da Escola pode-se perceber que não houve a menção de que a mesma estava estruturada fisicamente em um programa de governo, neste caso o Proinfância.

O documento estava sistematizado em subtítulos e organizados por eixos estruturantes como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Apresentação dos eixos estruturantes do Projeto Pedagógico da Escola de uma Escola em Palmeira das Missões, RS, 2015.

<b>EIXOS ESTRUTURANTES</b>
Apresentação
Justificativa
Objetivos
Concepção da criança, Desenvolvimento Infantil e aprendizagem;
A articulação entre as ações do ato de educar, cuidar e brincar;
Características da comunidade escolar
Regime e organização de funcionamento;
Regime de funcionamento;
Avaliação da aprendizagem da criança;
Avaliação institucional
Inclusão na Educação Infantil
Interação entre a família e a instituição na Educação Infantil
Considerações finais
Referências

Para tanto, com base nas informações do documento as categorias de análise dos dados deu-se da seguinte forma:

### **4.1. A concepção de Infância, aprendizagem e desenvolvimento Infantil na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada.**

Na Proposta Pedagógica da Escola as especificidades da criança é vista em um processo de construção, a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. De acordo com o documento, durante esse processo, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens, formulam ideias e

hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar e empregam suas descobertas na medida em que tem necessidade.

Isso fica evidente no artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), relata que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro de planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Diante disso, esse processo também é analisado em enquanto um objetivo da Educação Infantil, que se tem como foco,

garantir á criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, no documento analisado, a Educação Infantil é vista como um espaço onde está presente três eixos importantes: “o educar, o cuidar e o brincar”, cujas bases regerão todo o trabalho com a criança, na escola estudada.

A ludicidade, neste sentido, apresenta uma estreita relação com a fantasia, inerente da própria criança. Porém, Sarmiento (2002) destaca que o brincar não é exclusividade das crianças, mas é próprio do homem, sendo ainda uma das suas atividades sociais mais significativas.

Diante dessa necessidade fundamental, o Programa Proinfância prevê espaços na própria unidade para que a criança possa brincar e interagir de forma segura, com pracinha e solários. Como objetivos da Educação Infantil, a escola elencou propiciar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio a que convive.

Como objetivo da educação infantil na escola, ainda está previsto a busca e construção de uma educação plena, onde todos os envolvidos na aprendizagem educacionais de qualidade para as crianças com quem terão de interagir.

Conforme o documento analisado a infância é entendida como uma etapa do desenvolvimento do ser humano, onde existe uma certa “dependência” do cuidado do adulto e de sua intervenção para um desenvolvimento pleno, especialmente nesta etapa singular da vida do indivíduo.

Segundo Ricci (2013) é na interatividade que a criança compartilha através da cultura de pares seus saberes e aprendizados, que contribuem para sua formação social e pessoal, pois é através dos jogos simbólicos que a mesma demonstra seus desejos, conflitos e constrói e reconstrói sua visão de mundo, tão particular e único.

Não se pode mais conceber a criança como ‘uma tábula rasa’ como era entendida antigamente, pois desde o ventre materno ela é invadida por sensações, anseios e desde muito cedo é exposta aos usos e costumes de sua família.

Assim a criança é vista como um ser “com natureza própria, social e histórico”. Por estar inserido em um grupo social, possui sua cultura, os costumes e singularidades próprios do grupo a que pertence. Por essa razão, não pode ser entendido sem levar em consideração aquilo que já vivenciou no seio familiar, seus desejos e anseios.

Também não pode mais ser vista de forma homogênea, em relação ao grupo escolar. Pensando nisso, não se faz mais possível olhar a educação sem pensar nas diferenças dos seres e suas necessidades. E isso nos remete à inclusão, que também está presente enquanto um eixo estruturante do documento.

Nesse sentido, a escola prevê a garantia de matrícula e oportunidades sócio educacionais à crianças com necessidades educativas especiais, a fim ampliar suas experiências e conhecimentos, além da participação social. No entanto não prevê no documento nenhum suporte material ou humano para atender as crianças que por ventura necessitem dele.

Também versa no documento o apoio à família e a oportunidade da mesma participar do processo de educação de suas crianças.

Na realidade, a escola está garantindo e reiterando em seu documento norteador o que já está previsto na LDB 9394/96 (BRASIL, 2006) não só a matrícula da criança com necessidades educativas especiais, mas todo o suporte necessário para que ela se desenvolva, mesmo que não deixe claro no documento como isso se dará na prática. Assim, está determinado na respectiva lei federal, em seu artigo 58 e respectivos incisos que:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, Lei nº9394/ 9620. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2006, p. 21)

Apesar de há muito tempo esses direitos já terem sido assegurados por lei, em muitas instituições de ensino ainda se observa a resistência velada dos profissionais em educação de realizarem o atendimento das crianças ditas “especiais”, o que relega ainda à família ou as APAEs (Associação de Pais e Amigos do Excepcionais) realizarem em seus espaços o atendimento dessas crianças que poderiam desenvolver suas habilidades em classes regulares comuns.

No caso do Programa Proinfância, está previsto no projeto arquitetônico a construção de sanitários adaptados para adultos e crianças (feminino e masculino), piso tátil direcional e de alerta perceptível para pessoas com deficiência visual e rampas de acesso adequadas à topografia do terreno. As salas de aula não possuem degraus e todo o prédio é construído em um único pavimento (FNDE. Memorial descritivo tipo C, p. 9)

No entanto, apesar das adaptações arquitetônicas, o mesmo não prevê a construção de salas multifuncionais para atendimento educacional especializado, nem há a garantia de recursos humanos especializados para o trabalho efetivo com as crianças, contrariando, de certa maneira o que preconiza o artigo 58, § 3º, já citado anteriormente.

#### **4.2. A organização de espaços e tempos na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada**

Conforme o documento a escola estava organizada para atender em regime integral ou parcial, cerca de 200 (duzentos) alunos de 0 a 4 anos de idade. Para tanto, conta em Regime Integral 117 vagas sendo assim distribuídas: 1 turma de Berçário I, com 17 vagas; 2 turmas de Berçário II, com o total de 40 vagas; 1 turma de Maternal I com 20 vagas; 2 turmas de Maternal II com 40 vagas no total.

Em Regime Parcial a escola oferece 2 turmas de Pré - A para atendimento a 40 crianças entre 4 e 5 anos e, 2 turmas de Pré – B, com previsão de atendimento de 40 crianças entre 5 e 6 anos.

Segundo o projeto arquitetônico do Programa prevê, a escola, por ter sido construída no modelo de projeto Tipo B, deveria atender 120 crianças em regime integral e 120 crianças em regime parcial.

Nota-se aqui que a escola está ainda atendendo abaixo da capacidade prevista no projeto, segundo as dimensões dos ambientes, deixando a margem cerca de 40 (quarenta) crianças. São muitas vagas não preenchidas, o que faria uma diferença enorme no contexto da educação municipal, pois a demanda do município ainda é maior que as vagas disponíveis.

A infraestrutura da escola dispõe, além das 8 salas de aula, de Laboratório de Informática, pracinha, 6 solários e um anfiteatro externo, afim de que possa oferecer um cotidiano escolar “rico, alegre e prazeroso, garantindo a ampliação das experiências infantis” (Projeto Político Pedagógico, p. 9)

Quanto ao Calendário Escolar, o mesmo, conforme o documento analisado é elaborado anualmente e em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação do município, que é responsável por estabelecer alguns limites para nortear o trabalho das escolas, a fim de evitar discrepâncias.

Neste calendário estão fixados o período de início e término do ano letivo, período de matrículas, datas de reuniões dos professores, as comemorações escolares e também inclui-se o período de férias/recesso, este último construído após discussão com a comunidade escolar.

Mesmo a escola estando fisicamente estruturada dentro de um modelo de programa, o Calendário Escolar está estruturado seguindo as mesmas diretrizes das EMEIs

Mas todo o trabalho educativo, independente do programa ou não a que a escola está inclusa, deve favorecer um clima de segurança, estabilidade e consistência, com aulas planejadas a partir de projetos elaborados dentro dos conteúdos de linguagem e artes, entre outras atividades.

#### **4.3. A avaliação na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada**

No documento elaborado pela escola analisa, a Avaliação da Criança está pautada na relação professor – aluno, conhecimento e vida em movimento, de modo

a refletir um ato em contínua construção e reconstrução da ação pedagógica, propiciando, segundo o documento, a chance do aprendiz recriar e experimentar o que aprendeu.

Os princípios norteadores da avaliação, presentes no documento, dizem respeito a observância, promoção das crianças em suas aprendizagens valorização das experiências culturais, desenvolvimento da autonomia, inclusão, diálogo, preservação da autoestima e do envolvimento da escola e do professor com questões sociais pertinentes ao espaço escolar, buscando sempre interações coletivas.

Dessa forma, a avaliação é apresentada como um caráter global, que vai além dos aspectos quantitativos e qualitativos, mas que procura identificar o desenvolvimento da criança em seus aspectos intelectual e social, sem objetivo promocional. Assim sendo, a mesma deverá contribuir para elevar a autoestima do aluno, gerando autoconfiança e autonomia.

Segundo o documento da escola de educação infantil analisada, não está bem clara a forma em que a avaliação acontecerá no dia a dia da Educação Infantil (pareceres, atividades desenvolvidas, etc), no entanto, o artigo 13 da Resolução Municipal 001/03 preconiza:

A proposta de avaliação na Educação Infantil será realizada mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para esta etapa da educação, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental (CME, Resolução Municipal 001/03, p.7).

Quanto a Avaliação Institucional, também prevista no Projeto Político Pedagógico da escola analisada, o objetivo principal é de fazer uma análise da situação da escola, procurando conhecer as dificuldades enfrentadas no cotidiano da instituição, tanto no aspecto físico quanto no humano, fazendo um diagnóstico do envolvimento das pessoas não só no ato de educar, cuidar e brincar, mas na comunidade escolar como um todo.

Isso se faz importante no que se refere a uma instituição incluída no Programa Proinfância, pois essas avaliações ajudam os gestores e equipes diretivas a melhorar o trabalho educativo e corrigir os possíveis erros decorrentes dessa implementação, definindo estratégias de intervenção.

A partir dessas avaliações também é possível repensar a questão dos recursos humanos, já que a infraestrutura vem pronta em escolas desse tipo, pois

são eles os envolvidos no processo educativo e se faz necessário instrumentalizá-los de forma que possam utilizar da melhor maneira possível os espaços existentes na escola, conferindo qualidade as intervenções pedagógicas e tornando cada vez melhor e mais prazeroso para a criança os momentos em que estão no espaço escolar.

#### **4.4. O papel do educador na Proposta Pedagógica Curricular da Educação Infantil na Escola Municipal investigada**

As crianças que se encontram na Educação Infantil, segundo consta no Projeto Político Pedagógico da escola analisada, têm características próprias e singulares. Por ainda não terem alcançado certo grau de autonomia, requerem a interação constante do educador, no sentido de auxiliá-las no desenvolvimento de tarefas básicas, mas também em diversas atividades de caráter social e emocional.

Por isso, segundo este documento, o educador deve ser alguém paciente e amoroso, capaz de estimular as crianças e sua espontaneidade através de atividades lúdicas, do brincar, do movimentar-se nos diversos espaços da escola, a fim de que possa expressar seus sentimentos, desejos, pensamentos, através da fala, da música, da dramatização, respeitando as possibilidades de sua faixa etária.

E a escola, no que se refere ao projeto arquitetônico, possibilita que todas essas atividades tenham um espaço especial garantido para sua execução.

Embora o perfil do educador não esteja descrito claramente no documento, percebe-se a necessidade de alguém que seja comprometido com a função de educar, cuidar e brincar, pertinente da Educação Infantil, a fim de que seja de fato possível auxiliar a criança a buscar o conhecimento de forma progressiva e qualitativa.

Quanto ao Programa Proinfância, o mesmo também não discorre claramente sobre o perfil do educador que deverá atuar nestes espaços. O mesmo refere-se apenas a obras estruturais e de melhoria de mobiliários e equipamentos. No entanto, podemos perceber a partir dos espaços educativos que o projeto/programa contempla que esse profissional deve ser alguém motivado e criativo, para que possa usufruir dos recursos que a escola dispõe: laboratório de informática, anfiteatro e área de lazer coberta, além de solários individuais para cada sala de aula.

Embora, segundo SILVA (2011, p. 15) em qualquer nível de ensino o professor necessite de uma formação de qualidade, devemos considerar as palavras de Kramer (2005, p. 129) que diz:

A formação de profissionais da educação infantil precisa ressaltar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, apontando para a possibilidade de as crianças aprenderem com a história vivida e narrada pelos mais velhos, do mesmo modo que os adultos concebam a criança como sujeito histórico, social e cultural. Reconhecer a especificidade da infância – sua capacidade de criação e imaginação - requer que medidas concretas sejam tomadas, requer que posturas concretas sejam assumidas. A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, requer um profissional que reconheça as características da infância.

Neste caso, podemos perceber que o profissional que atua na Educação Infantil deve ser alguém sensível suficiente para construir vínculos com a criança, para estimular o desenvolvimento infantil, para tornar o espaço de interação um lugar seguro, feliz e estimulador. Mas também precisa ter um olhar diferenciado para os anseios da família, que está deixando seu maior tesouro na escola, sob seus cuidados: a criança.

Com profissionais capacitados e sensíveis, a Educação Infantil, seja qual for seu programa de origem, estará atuando de forma eficiente na interação e constituição de nossas crianças, especialmente se imaginarmos o tempo enorme em que esses pequenos sujeitos permanecem no espaço escolar, que, em muitos casos é maior do que o tempo efetivo que passam interagindo com seus pais e irmãos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa Proinfância, apesar de estar inserido na rede municipal de ensino da cidade de Palmeira das Missões – RS em apenas uma unidade de Educação Infantil traz uma nova organização de espaço escolar para essa fase de ensino. No entanto, pode-se perceber conforme análise documental que a Escola investigada não especifica em seu Projeto o planejamento pedagógico com base no Modelo da Proinfância, pois não identifica este como parte organizacional e de estrutura física.

No que se refere ao entendimento da criança, Educação Infantil, papel do educador, avaliação e organização do espaço e tempo escolar o Projeto mostra-se regulamentado naquilo que se prevê enquanto Legislação Nacional e Municipal, sem dar indícios de mudanças, adaptações e/ou impactos da Proinfância para a Educação Infantil.

Com isso, fica evidente que para avaliar a Implementação do Programa Proinfância ao atendimento a Educação Infantil é necessário investigar os profissionais envolvidos nesta implementação, para assim analisar a efetividade desta estrutura para o aprendizado, formação e gestão educacional. Os diferentes relatos, entrevistas, questionários ou intervenções contribuirão para subsidiar novas unidades e implementações do Programa para servirem como um norteador de práticas pedagógicas, de gestão e formação.

O que se observa, no entanto, é a melhoria substancial na qualidade dos equipamentos, do mobiliário e na organização espacial da escola, se comparada a outros estabelecimentos que não foram construídos a partir deste programa.

Isso fica evidente no que se refere especialmente ao espaço destinado ao brincar e a atividades curriculares, como o anfiteatro aberto, que possibilita o desenvolvimento de inúmeras potencialidades, mediante atividades artísticas e culturais.

Também há um amplo espaço coberto, em que as crianças podem interagir de forma livre mas segura, fortalecendo os vínculos afetivos, os laços de amizade, a interação com o outro e a sua autonomia, sendo capaz de expressar-se e de crescer enquanto sujeitos.

Também se pode perceber que há uma mudança especialmente na forma de perceber a educação, com tantos investimentos na infraestrutura da escola. Apesar de ser apenas uma parte do todo que é a Educação, é sem dúvida uma parte importante.

Cabe a gestão da escola e à educação do município investir maciçamente nos recursos humanos, propiciando aos educadores que estão a frente do ato pedagógico momentos de capacitação, onde os mesmos se capacitem e se sintam valorizados e parte fundamental de toda a engrenagem que faz uma educação se tornar de fato de qualidade, não só para atender a demanda, mas para formar cidadãos capazes de pensar, de aprender e de se constituir enquanto sujeitos.

## 6- REFERÊNCIAS

BARROS, Camila, SCRAMINGNON, Gabriela, CHAMARELLI, Luciana e CASTRO, Mariana. **Algumas faces da formação: entre as políticas municipais e o cotidiano da Educação Infantil.** In: KRAMER, S, NUNES, M. F. R, CARVALHO, Maria Cristina (org.). Educação Infantil: Formação e Responsabilidade. 1ª edição – Campinas, SP. Papyrus, 2013.

BRASIL. **Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil;** 2011. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com\\_content&view=article&id=12317](http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12317)>, acesso em 18/07/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Resolução CNE/CEB 5/2009. Brasília: Diário Oficial da União, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº9394/ 9620. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 26 dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Secretaria de Educação Básica, Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 6, de 24/04/2007,** do CD/FNDE, 2007.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução Municipal nº. 001/03.** Trata da Normatização da Educação Infantil no município de Palmeira das Missões – RS, 2003;

GOMES, Rosane Monteiro. **O lugar da família na creche: os desafios na institucionalização da infância.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Proinfância: por uma política de construção identitária da Educação Infantil.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

KRAMER, Sônia. **Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões.** In: MACHADO, Maria Lúcia de A. Encontros e desencontros em educação infantil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, M. F. R. e KRAMER, S. **Educação Infantil e expansão da escolaridade obrigatória: questão para a política, a formação e a pesquisa.** In: KRAMER, S, NUNES, M. F. R, CARVALHO, Maria Cristina (org.). Educação Infantil: Formação e Responsabilidade. 1ª edição – Campinas, SP. Papyrus, 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil: Instituições, funções e propostas.** In: CORSINO, Patrícia (org). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

NUNES, Maria Fernanda R., CORSINO, Patrícia, KRAMER, Sonia (coordenação) .... [et al.]. **Educação Infantil e formação de profissionais no Estado do Rio de Janeiro (1999 – 2009)**

PIMENTEL, Alessandra. **O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195. 2001

RICCI, Aline. **A Educação Infantil e o Programa Proinfância: Organização, impactos e desafios.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RICCI, Janaína, et al. **Brincando na Educação Infantil: a ludicidade no desenvolvimento da criança.** Curso de Educação Física – Departamento da Educação Física, Curso de Pedagogia - Departamento de Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologias – UNESP. Presidente Prudente /SP. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Colloquium Humanarum, vol. 10, n. Especial, Jul–Dez, 2013, p. 849-856.2013

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança (mimeo), 2002.

SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.** Lisboa: Asa Editora S.A. 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico: Escola Municipal de Educação Infantil Vista Alegre.** Palmeira das Missões – RS, 2012;

SILVA, Fernanda Costa Fagundes; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O professor de Educação infantil: cuidar ou ensinar? Um novo olhar.** IV EDIPE –

Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - Pontifícia Universidade Católica

– PUC. Porto Alegre, 2011

SOUZA, Maria Dolores Ribeiro de. **A expressão plástica infantil com ênfase na história da Educação.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 80 - 92, 2005. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

[www.fnde.gov.br/](http://www.fnde.gov.br/)acesso em /20/12/2014.

